

Repercussão do AI-5 na cidade de Caxias do Sul

Um estudo sobre os reflexos do decreto na terra da fé e do trabalho

Por Anay Camargo Rodrigues¹

Resumo

Partindo da sequência de manifestações de caráter político ocorridas no ano de 1968, no Brasil, que culminaram no decreto do Ato Institucional nº 5, objetivamos nesse artigo investigar se o interesse das autoridades municipais em manter a ordem pública foi determinante para a repercussão do AI-5 na cidade de Caxias do Sul. Para tanto, optamos por trabalhar sob a ótica do tempo presente e da história política, utilizando como norteadores os conceitos de poder e discurso. A partir da análise de documentos oficiais do município e de periódicos de circulação local constatamos que a influência de ambas as fontes colaboraram, porém não determinou a repercussão do AI-5 na cidade.

Palavras-chave: Ato Institucional nº 5, Regime Militar, Política, Imprensa.

Abstract

From the political character events sequence that took place in 1968, in Brazil, which culminated in the Institutional Act nº 5 decree, we aimed in this paper to investigate whether the interest of the municipal authorities in maintaining public order was crucial to rebound AI-5 in the city of Caxias do Sul. Therefore, we decided to work from the perspective of the present time and political history, using as guiding the power and speech concepts. From the city official documents and periodicals of local circulation analysis we found that the influence of both sources contributed, but has not determined the impact of AI-5 in the city.

Keywords: Institutional Act No. 5, military regime, Politics, Press.

¹Universidade de Caxias do Sul.

Introdução

Nada do que diz respeito à história contemporânea me deixa indiferente ou me é estranho.

René Rémond

O ano de 1968 foi caracterizado por expressivas manifestações e revoltas por todo o mundo. De modo espontâneo e simultâneo, em diversos países, eventos políticos e culturais marcaram mudanças de comportamento, movimentos estudantis nunca antes vistos ganharam as ruas e se confrontaram com autoritarismo e opressão. A nação brasileira que há quatro anos havia sofrido um golpe militar que afastou do governo o então presidente João Goulart¹, adentrava o ano de 1968 marcando presença nas ruas do país, mostrando insatisfação com a presença ativa dos Estados Unidos na política ditatorial brasileira. A ditadura militar no Brasil apresentou elementos característicos do conceito de ditaduras contemporâneas tais como a ampla utilização da força pelo Estado contra sua própria sociedade, o cerceamento de direitos políticos e individuais, além do fortalecimento do Poder Executivo em detrimento dos outros Poderes.²

A partir do contexto apresentado vimos a necessidade de investigar quais foram os reflexos do Ato Institucional nº5 na cidade de Caxias do Sul, bem como apurar se houveram manifestações contrárias ou favoráveis dos moradores, tendo o momento de turbulência pelo qual o mundo passava como referência. Diante de tais necessidades, definimos como nosso objetivo investigar se o interesse das autoridades municipais em manter a ordem pública foi determinante para a repercussão do AI-5 na cidade de Caxias do Sul.

No intuito de responder ao problema proposto optamos por trabalhar a partir da abordagem teórica da história do tempo presente elegendo como referenciais teóricos os historiadores Eric Hobsbawm e Marieta de Moraes Ferreira. Fez-se necessário também tomar como base teórica a história política a partir da perspectiva de René Rémond. Os conceitos de poder e de discurso, de acordo com a concepção de Michel Foucault, nortearam este trabalho.

A importância de tal estudo se dá, essencialmente, pela ausência de produção historiográfica voltada à história política do município e até mesmo da região nordeste do

¹ A junta militar assumiu o poder em 01 de abril de 1964.

² Sobre ditadura, ver dicionário de Conceitos Históricos, 2005, p.101.

Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul³ que, na década de 1950, tinha sua indústria em plena ascensão, exercendo forte influência na economia estadual, evidentemente sentiu os reflexos do regime militar em sua totalidade. Restaurar a memória política do município é imperativo, pois corrobora com a construção de uma nova consciência sobre a trajetória política caxiense, hoje fortemente impregnada do rótulo da terra da fé e do trabalho⁴.

O passado contemporâneo

Concomitante à produção desse artigo uma série de eventos políticos, desde meados de 2014, vem se desdobrando no país. A campanha das eleições presidenciais trouxe à tona comportamentos muito distintos, evidenciando posicionamentos extremos, caracterizados pela bipolaridade esquerda-direita,⁵ incluindo discursos de ódio, intolerância, racismo e xenofobia. Após a vitória da candidata à reeleição, Dilma Rousseff, parte da população saiu às ruas pedindo o impeachment da presidente e clamando por um novo golpe militar. As exortações, por parte da população, pelo impedimento da presidente da República e por intervenção militar ressoam nos meios de comunicação.



Manifestação popular pedindo impeachment da presidente Dilma e intervenção militar em Belo Horizonte na Praça da Liberdade. Foto: Uarlen Valerio/O Tempo 15-03-2015. Disponível em:

³ Caxias do Sul, RS, Brasil é um município com população de 435.564 habitantes, conforme dados do IBGE/2015. No ano de 1960 a população era de 102.333 habitantes.

⁴ A frase "Caxias do Sul, da fé e do trabalho" é exibida tanto no site da prefeitura do município quanto na publicidade das placas de obras públicas, em alusão à imigração italiana.

⁵ Entendemos que um posicionamento político, partidário e ideológico de direita é marcado por ideais que favorecem as classes dominantes, sem espaço para mudanças no sistema de poder tradicional, já o posicionamento de esquerda busca um processo de reforma social ou revolução socialista, onde o Estado passa a ter mais influência sobre a sociedade, defendendo os benefícios das classes desfavorecidas e carentes.

O Regime Militar foi o período em que os militares assumiram o comando do Brasil no período de 1964 a 1985. Esse ciclo foi marcado por decretos de Atos Institucionais, sendo o Ato Institucional nº 5, nosso objeto de estudo, o mais duro de todos os 17 AI. Na prática, os Atos legalizavam a censura, a perseguição política e a supressão dos direitos constitucionais, e toda pessoa que se posicionasse contrária ao novo regime seria punida. De acordo com o historiador Bóris Fausto,

o movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções. (2013, p.397)

Completando, no ano de 2015, 51 anos do golpe militar que depôs o presidente João Goulart, uma parcela da sociedade pede o retorno de um regime autoritário e repressor, que foi o ápice da censura, do conservadorismo e da violência como forma de dominação. Apesar de ser um trabalho que se utiliza de relativa visão retrospectiva⁶, o estudo da história política de Caxias do Sul é um estudo do tempo presente, que na visão de Ferreira é a perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado. (2000, p. 8)

Dito de forma sucinta, o passado e o presente se mesclam. E no intuito de suprir a carência de estudos que contemplem a história política do município de Caxias do Sul voltamos o olhar sobre a população caxiense no final da década de 1960, examinado a documentação oficial produzida por lideranças políticas através das Atas das Sessões da Câmara de Vereadores do município, optando por analisar um número relativamente pequeno de documentos devido ao curto período de que dispomos para a realização dessa pesquisa, mas que mesmo assim, possibilita olhares sobre o contexto e instiga novas abordagens.

Partindo da leitura da Ata nº 1235 de 16/12/1968, redigida três dias após o decreto do Ato Institucional nº 5,

⁶ Conforme a *ÉcolledesAnnales*, é a possibilidade de trabalhar com processos históricos cujo desfecho já se conhece.

o presidente da Câmara, Jacintho Maria de Godoy faz declaração de apoio ao Ato:

[...] A seguir, disse que o país fôraabalado pela edição do Ato Institucional nº 5. Diante dêle, devia definir-se. E leu a seguinte declaração para constar, na íntegra, desta Ata: “Distanciados dos altos escalões, onde se operam os grandes entrechoques, não só de opiniões como, também, de atividades políticas, não podemos, dest’arte, contar com elementos que nos autorizem a – com perfeito conhecimento de causa, - julgar, tanto da necessidade como da oportunidade da instituição dêsse instrumento de govêrno. Admitindo, no entanto, que tenha havido razões bastantes para a instalação da medida e que o govêrno da mesma só lançára mão com absoluta justiça e na consolidação dos objetivos da Revolução de março, êste Vereador, - como todo cidadão que estremece sua Pátria, - não poderia deixar de apoiar as medidas que, calcadas no Ato Institucional nº 5, - visem a segurança, a paz, a tranqüilidade e o progresso do povo brasileiro”. (ATA nº 1235,1968, fl. 2)

O vereador Godoy, à época com 64 anos, era natural da cidade de Mariana, Minas Gerais, foi presidente do Partido Libertador (PL) e da ARENA e, mesmo sendo farmacêutico de formação (profissão que lhe deu respaldo para a fundação de duas importantes empresas do segmento em Caxias: a BASA Indústria Farmacêutica e o Laboratório de Análises Clínicas Fleming, ambos tradicionais na cidade) aposentou-se como General de Brigada do Exército Brasileiro e elegeu a cidade de Caxias do Sul para viver na política. Outras declarações são feitas na mesma Ata, que demonstram apoio ao governo militar e concordância com o decreto do AI-5. O vereador Mário Rosa congratulou-se com

o Presidente da República por haver baixado o Ato Institucional nº 5, diante do que aquêles que difamavam a ARENA agora nem aqui se encontravam. Com o nôvo Ato, **a Revolução chegara em Caxias** (grifo nosso), onde havia homens como o vereador Godoy e o senhor IdorlyZatti que poderiam assumir a Prefeitura. Desejava felicidades ao Presidente da República e estava de acôrdo com que fôsse Caxias considerada cidade de interêsse da segurança nacional. (ATA nº 1235, 1968, fl. 6)

Chamamos atenção no nosso grifo para a expressão do vereador “a Revolução chegara em Caxias”, pois partindo da contextualização do ano de 1968, apresentada no

início desse trabalho, a revolução ocorria em sentido oposto ao regime militar. Portanto, optamos por utilizar neste trabalho o conceito de revolução à luz de Florestan Fernandes (1981, p.3), que se refere ao golpe de 1964 como uma contrarrevolução, já que, para Fernandes, tratar um golpe de Estado como uma revolução é a pretensão de “querer acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar para impedir a continuidade da revolução democrática”. Para o autor, a vinculação do golpe à palavra revolução nada mais é que a tentativa de confundir as pessoas sobre o que é uma revolução, pois “fica mais difícil para o dominado entender o que está acontecendo e mais fácil defender os abusos e as violações cometidas pelos donos do poder.”

O assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, 16 anos, no dia 28 de março de 1968, cometido de forma arbitrária pela Polícia Militar foi o estopim de uma avalanche de protestos e greves aderida por todas as organizações estudantis e contando com total apoio da classe artística nacional. A morte de Edson Luís marca um período de violência crescente que se espalha por todo o país e em muitas capitais ocorreram enfrentamentos com dezenas de feridos. As manifestações se reproduziram ao longo do ano, até que no dia 13 de dezembro de 1968 os militares baixaram o Ato Institucional n.5, o AI-5, autorizando o governo a inúmeros desmandos ditatoriais⁷. A crescente onda de protestos que se formou a partir de março foi, certamente, contrária ao regime, sendo totalmente arbitrário afirmar, como fez o vereador Godoy, que a revolução partia do governo militar.

Mais manifestações favoráveis ao governo foram identificadas na mesma Ata. Nascido a bordo do navio DuccaDegliAmbrosi, em novembro de 1926 o naturalizado brasileiro vereador Enrico Emilio Mondin, disse que

ante o Ato Institucional n° 5, sua posição era a de sempre. Dava-lhe total apôio, como tôdas as medidas que visassem recolocar êste país no caminho certo. Jamais o Brasil tivera homens como agora, sinceramente empenhados em endireitá-lo, de que eram prova os govêrnos Castello Branco e Costa e Silva. Estaria sempre ao lado dos que governariam o país em virtude da Revolução e era preciso mão forte para fazer do Brasil um grande país. (ATA n° 1235, 1968, fl. 6)

Nota-se que a ideia de revolução, mantendo a situação no poder, se repete. O vereador Mondin, que também era graduado em contabilidade, na ocasião era filiado ao

⁷ Entre as medidas ditatoriais autorizadas pelo AI-5 está o recesso do Congresso Nacional sem apreciação judicial, a intervenção nos estados e municípios, a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão por dez anos dos direitos políticos de qualquer cidadão, o confisco dos bens considerados “ilícitos” e a suspensão da garantia do habeas corpus, que, em outras palavras, permitia a tortura e o abuso contra os presos.

PP, mas também fez parte das siglas PRP, ARENA, PDS e PPB, fatores que vão de encontro ao nosso entendimento de revolução. Ainda na mesma Ata, o vereador caxiense Frederico Segalla se pronuncia, declarando “seu apoio ao Governo Federal pela edição do Ato Institucional n° 5” (Ata n° 1235, 1968, fl.6). Segalla, que à época do AI-5 tinha 57 anos e era técnico projetista e construtor licenciado de formação, pertencia à ARENA, partido do regime militar.

A análise das Atas das Sessões da Câmara de Vereadores da cidade de Caxias do Sul, que são fontes documentais oficiais, se deu de forma qualitativa com o objetivo de identificar interesse das autoridades municipais em manter a ordem entre a população caxiense, tendo como pressuposto teórico a história política, pois compartilhamos da premissa de Rémond (1996) que questiona quais são os fatores que alavancam os posicionamentos políticos do ser humano, o que leva o homem a adotar determinados comportamentos, ideologias, e engajamentos na esfera política. O historiador presume que a defesa dos próprios interesses e, talvez, convicções, estimulem as posturas políticas. Podemos identificar, na documentação pesquisada, os diferentes posicionamentos políticos que coexistiam na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Na Ata da 25ª Sessão Ordinária de 02 de junho de 1969, adotando uma postura arrojada, o vereador José Régis Prestes declara:

Há dias atrás, havia tecido considerações sobre aposentadoria do Ministro do Tribunal de Contas do Estado, que lá entrara praticamente aposentado. Vinham preocupando-nos as injustiças praticadas pelos donos de um pseudo-poder revolucionário[...] Em abril de 1964 havia irrompido um movimento chamado de revolução que tomou medidas drásticas com relação a determinadas pessoas. Em 1966, nomeavam um ministro para o tribunal de Contas do Estado e duas horas depois o aposentavam. Renovaram a tal revolução, continuaram cassações e outras punições. Agora era nomeado para o Tribunal de Contas o senhor Emanuel da Costa e Silva, irmão do Presidente da República [...] não era a hora do mesmo ser nomeado, pois se amanhã viessem a trocar o atual Presidente da República, o senhor Emanuel da Costa e Silva teria, talvez, de sair daquele cargo como corrupto por haver, praticamente, em virtude de sua idade e tempo de serviço, se aposentado como Ministro do Tribunal de Contas.[...] Assim, a situação que se criava dentro do regime que, diziam, era o da decência, fazia com que homens que apoiavam este regime, parassem e ouvissem a voz da consciência que lhes permitia começarem a ver algumas das barbaridades deste regime. Aqui, apesar de pequena, ainda existia a oposição, o que, infelizmente, não ocorria nos outros Estados do Brasil. Se a imprensa fôsse livre, será que não teríamos

conhecimento de outras barbaridades como esta? Antes de sermos políticos, devíamos ser homens e brasileiros e apontar o que vinha ocorrendo. [...] já que a imprensa não podia fazê-lo, o que era o govêrnodo hoje no país. (ATA nº 1248, 1969, fl. 3-4)

Prestes era formado em direito, gaúcho de Camará do Sul. Vereador jovem, em 1968 tinha 28 anos. O parlamentar ocupou cadeira na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul por três mandatos consecutivos, de 1969 a 1983. Reforçando sua trajetória de lutas em defesa da redemocratização, a fala do vereador Prestes demonstra que não há unanimidade na casa, ou seja, os discursos diferem. Chamo atenção, neste ponto, para o conceito de discurso que, na concepção de Michel Foucault requer uma trama epistêmica densa dos discursos históricos, o que caracteriza formas de pensar diferentes, mas que, apesar de diferentes, apresentam coerência e pertinência política. De acordo com Foucault,

para que os diferentes sujeitos falem, possam ocupar posições taticamente opostas [...] em posição de adversários [...] era justamente preciso que houvesse esse campo muito denso, essa rede muito densa que regulamentasse o saber histórico. Quanto mais regularmente formado é o saber, mais é possível, para os sujeitos que nele falam, distribuir-se segundo linhas rigorosas de afrontamento, e mais é possível fazer esses discursos, assim afrontados, funcionarem como discursos táticos diferentes em estratégias globais (em que não se trata simplesmente de discurso e de verdade, mas igualmente de poder, de status, de interesses econômicos). (2002, p.250)

Recorremos a Foucault ainda na definição de poder. O autor busca nas raízes do feudalismo a constituição da relação de força entre os adversários, ou seja, a constituição do poder. Foucault opõe o selvagem e o bárbaro argumentando que o selvagem tem seu comportamento típico na selvageria, mas que ao contato com a civilização estabelece relações sociais civilizadas, ao passo que o bárbaro só é bárbaro em comparação à civilização e é justamente nela que mostra sua barbárie. O poder assume formas diferentes nos dois tipos descritos por Foucault. Para ele, a diferença entre o bárbaro e o selvagem reside na relação destes com a sociedade. Enquanto o selvagem é o sujeito da troca, do escambo, o bárbaro é o sujeito da dominação. Como coloca Foucault,

o bárbaro, diferentemente do selvagem, se apodera, se apropria; pratica não a ocupação primitiva do solo, mas a rapina. [...] sua relação de propriedade é sempre se-

cundária: sempre se apodera de uma propriedade prévia; da mesma forma, sempre põe os outros a seu serviço. [...] Sua liberdade, também ela, só repousa na liberdade perdida dos outros. E na relação que mantém com o poder, o bárbaro, diferente do selvagem, jamais cede a sua liberdade. O selvagem é aquele que tem entre suas mãos [...] liberdade, que ele acaba cedendo para garantir sua vida, [...]. O bárbaro, por sua vez, nunca cede sua liberdade. E, quando se atribui um poder, quando se atribui um rei, quando elege um chefe, ele o faz não, em absoluto, para diminuir sua própria parte de direitos, mas, ao contrário, para multiplicar sua força. [...] É como multiplicador de sua própria força individual que o bárbaro instala um poder. [...] o modelo de governo, para o bárbaro, é um governo necessariamente militar, que não repousa em absoluto nesses contratos de cessão civil que caracterizam o selvagem. O bárbaro [...] é o homem da história, é o homem da pilhagem e do incêndio, é o homem da dominação. (2002, p.233-235)

As renovações na história política incluíram o suporte dos periódicos, que, como ressalta Luca (2005, p.52) “os estudos da história política não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”. O papel desempenhado pelos jornais em regimes autoritários, como a ditadura militar brasileira, seja na condição favorável ao governo ou na forma de contestação e resistência, tem no seu discurso as preocupações do historiador do tempo presente.

Política, poder e discurso nos periódicos

Não só de documentos oficiais vive a História Política, pois como coloca Eliseo Verón “não se analisa jamais um texto: analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um segundo texto escolhido explicitamente para a comparação, quer se trate de um texto implícito, virtual, introduzido pelo analista, muitas vezes, sem que ele o saiba.” (apud Barros, 2005, p. 134). É frequente o uso da imprensa como fonte complementar ou como meio fundamental de análise das ideias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura. Segundo Luca (2005), “historicizar a fonte requer ter em conta as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que”, ou seja, atentar para as funções sociais desses periódicos. Os jor-

nais são produto do seu tempo e, por isso, devem ser cuidadosamente analisados de acordo com o contexto em que foram escritos.

Recorremos à leitura atenta dos periódicos que circularam na cidade de Caxias do Sul entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969. São eles: O Assessôr, Caxias Magazine, Correio Riograndense e Pioneiro. O primeiro deles foi um informativo mensal, voltado ao empresariado caxiense, que apresentava matérias sobre a indústria nacional, além de indicadores econômicos, imposto de renda e outras informações de interesse dos homens de negócios da cidade. Já o semanário Caxias Magazine tinha sua edição voltada à alta sociedade caxiense. A elite local tinha à disposição uma revista semanal que noticiava os eventos ocorridos nos clubes tradicionais de Caxias do Sul, contava com notas sobre ilustres cidadãos e muita publicidade. Nenhum dos dois periódicos fez menção ao Ato Institucional nº 5. No periódico semanal Correio Riograndense identificamos posicionamentos políticos bem definidos. Com um título expressivo - A Revolução de Março não pode parar! O presidente da República Mal. Costa e Silva, baixou o Ato Institucional nº 5 e decretou o recesso do Congresso Nacional – na pequena nota do exemplar do dia 21 de dezembro de 1968 (p.6), o jornalista Pimentinha reproduz a fala do Ministro do Exército Gal. Lira Tavares que declara que as Forças Armadas pediram a cassação do deputado Márcio Moreira Alves e afirma que “a democracia brasileira está armada com o instrumento legal necessário para evitar e punir o emprêgo de processos que incitem o povo contra a instituição militar e assegurar a defesa da democracia”. O jornalista encerra a nota com tal conclusão: “Ora, se o Congresso não é capaz de compreender isto, então é o fim.[...]. Está na cara!”. No comentário final do autor da nota é possível perceber seu claro posicionamento favorável ao recesso imposto ao Congresso.

O Correio Riograndense, que foi fundado em 1903 e dirigido pela Congregação dos Padres Capuchinhos, circula em todo o Rio Grande do Sul, ininterruptamente, desde a sua fundação. Nas décadas de 1960 e 1970, seu conteúdo era voltado para as questões econômicas e, principalmente, religiosas e gozava de grande credibilidade entre seus leitores. Não é precipitado deduzir que um periódico desse porte seja formador de opinião e influencie o entendimento de leigos em questões políticas.

No exemplar de 25/12/68 (p. 8) verificamos mais expressões de apoio ao regime. Na manchete “Revolução de 64 continuará: No combate à subversão, ao comunismo e à corrupção”, além de identificarmos fortes semelhanças com as manifestações contrárias à reeleição da presidente Dilma Roussef e subseqüente mandato (mencionados no início desse artigo), percebemos também o discurso que

forja uma postura imaculada dos governantes do país, que varreram os maus elementos da política nacional. Por considerarmos o conteúdo da matéria impregnado de discurso ideológico e partidário, optamos por reproduzir aqui os principais trechos:

O Ato Institucional nº 5, baixado pelo Presidente da República no passado dia 13 do corrente, reafirma de maneira categórica, a decisão do Governo Revolucionário de reativar a Revolução de Março. Esta foi feita para mudar a mentalidade da política partidária. Para limpar o país da subversão e da corrupção [...]. Tudo inútil. Ora, como a Revolução é IRREVERSÍVEL, o Governo viu-se na contingência extrema de aplicar o novo Ato Institucional. E pra valer.

Segue a descrição completa do AI, e no final da matéria:

Evidentemente o remédio é amargo. Mas para salvar o doente não se deve recear de receitar e aplicar remédios amargos. Ninguém fique a temer o Ato Institucional, ora em vigor. Quem não deve não precisa temer. Quem não faz não paga. Continuemos todos a trabalhar tranquilamente. Trabalho. Produção. Ordem. Dignidade. Patriotismo. Ajudemos a salvar o Brasil. (CORREIO RIOGRANDENSE, 1968)

Da mesma forma, o jornal Pioneiro, com sede em Caxias do Sul, que teve seu primeiro exemplar em circulação no ano de 1948 e ocupa atualmente a posição de maior destaque de toda a serra gaúcha, circulando diariamente em 64 municípios, também declarou sua reverência ao regime militar, como pudemos constatar na edição do dia 21 de dezembro de 1968, uma semana após o decreto do AI-5. O periódico também se refere ao golpe militar como “revolução” e logo nas primeiras páginas exhibe a matéria “Deflagrada a Nova Fase da Revolução”. Além do AI-5, o texto tece elogios às medidas econômicas anunciadas pelo governo. Conforme se lê no jornal,

com a emissão do Ato Institucional nr. 5 e, logo em seguida, do ato Complementar que determinou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado, o Governo deflagrou a nova fase da Revolução de 31 de março de 1964. (PIONEIRO, 1968)

A matéria apontava para a medida do ministro da Fazenda, Delfim Neto, que extinguiu mais de 5 mil cargos da pasta, entre outras providências. A edição traz ainda, na seção reservada a charges e anedotas a seguinte piada:

O bom humor brasileiro está sempre disposto a fazer trocadilhos e a mudar máximas estabelecidas há séculos. A última, é essa: “Em Congresso fechado não entra mosca”. (PIONEIRO, 1968).

O posicionamento de ambos os jornais são claros em relação ao AI-5 e ao regime militar. Ao apoiar a ditadura instaurada no país, Correio Riograndense e Pioneiro diferem dos também consultados periódicos *Assessôr* e *Caxias Magazine* - que assumem uma postura alheia aos acontecimentos – pois declaram sua satisfação com as medidas adotadas pelo governo. O fato de esses jornais não se manifestarem em relação à política não quer dizer que os responsáveis pelas produções realmente não tivessem interesse pela política nacional, mas pode ser interpretado justamente como resultado das intervenções do governo.

Ao tentar interpretar o discurso, ou melhor dito, a ausência de um discurso político nos periódicos de circulação local, buscamos referências na obra da historiadora social Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda – Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*, que volta sua pesquisa para a censura sofrida pelos veículos de comunicação no país, especialmente o grupo Folha e o jornal *Folha da Tarde*⁸, e a existência de jornalistas que foram censores federais e que também foram policiais enquanto exerciam a função de jornalistas nas redações. É de grande importância compreender como a censura resultante do AI-5 controlou os meios de comunicação, em especial, os jornais, e como essa censura atuou nos jornais caxienses. E aqui é muito fácil perceber que ser favorável ao governo era cômodo e seguro. Luca (2005, p.53) ressalta que “os estudos da história política não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”. O papel desempenhado pelos jornais em regimes autoritários, como a ditadura militar, seja na condição favorável ao governo ou na forma de contestação e resistência, tem no seu discurso as preocupações do historiador contemporâneo.

Considerações finais

A partir das pesquisas desenvolvidas para a produção deste artigo, passamos a tratar o golpe de Estado no Brasil como sendo uma ação civil-militar, pois se tornou

⁸ O grupo Folha da Manhã que publicava o jornal *Folha da Tarde* hoje publica o jornal *Folha de São Paulo*.

perceptível o apoio da Câmara de Vereadores e dos jornais regionais ao regime, a exemplo do restante do país em que diversos autores denunciam a articulação entre os meios de comunicação, as elites e os militares. Entre os pesquisadores que se debruçam sobre o tema, Fico (2013, p.469) afirma que o golpe foi civil-militar porque os civis deram o golpe também: “A natureza do evento golpe de Estado de 1964 é dada pela participação de sujeitos históricos, alguns militares e alguns civis: [...] Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, governo dos Estados Unidos, enfim, uma série de agentes civis.”

O golpe civil-militar no Brasil ocorreu no dia 1º de abril de 1964 e governou com mão de ferro por 21 anos. Durante a atuação do regime, o país viveu diferentes fases da repressão e todas merecem um olhar histórico profundo e que requer tempo e dedicação integral. A realização desse trabalho se deu num período relativamente curto, o que acabou por restringir a escolha do material a ser pesquisado. Quando da construção do projeto de pesquisa, propomos a análise de fontes orais, que enriquecem a história do tempo presente, porém, ao longo da produção do artigo, nos deparamos com a corrida contra o tempo, e nos vimos obrigados a trabalhar com os relatos num outro momento, não por achar de menor importância para a pesquisa, mas justamente pela complexidade e importância que tal aspecto configura para o estudo da história política de Caxias do Sul, escolhemos não negligenciar, tampouco desenvolver de forma insatisfatória temas tão centrais, já que, na visão de Hobsbawm (1998),

a despeito de todos os problemas estruturais da história do tempo presente, é necessário fazê-la. Não há escolha. É necessário realizar as pesquisas com os mesmos cuidados, com os mesmos critérios que para os outros tempos, ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do terceiro milênio. (p.123)

A partir das Atas das Sessões da Câmara de Vereadores identificamos posicionamentos muito claros de alguns membros da casa e concluímos que os vereadores legislaram de acordo com suas convicções políticas e ideológicas, o que, inevitavelmente, refletiu na população caxiense. Nossas inferências são embasadas por Rémond (1996), que alerta para o poder da política na vida das pessoas e que a política tem um papel que vai além da simples transposição da realidade, influenciando no curso da história, modificando a realidade e mudando a condição humana.

Da mesma forma, o estudo dos periódicos de circulação local evidencia a parcialidade do jornal de maior influência, não só na cidade, mas em toda a região da serra

gaúcha. É visível que o Correio Riograndense assumiu seu apoio ao regime militar, não só pelo teor dos artigos apresentados, mas pelo discurso que reforça o mantra positivista da ordem e do progresso e que tenta “arrebancar”⁹ seus leitores na ideia de trabalho, produção, ordem, dignidade e patriotismo. Queremos salientar, nesse ponto, que o fato de não identificarmos manifestações de natureza política nos outros periódicos pesquisados não caracteriza posturas neutras ou contrárias à ditadura, mas pode justamente indicar, com já referido nesse artigo, a censura atuando nessa esfera, cerceando a liberdade da imprensa que é uma poderosa ferramenta para a manutenção de comportamentos e, pode ter servido como manobra política.

Nossos apontamentos convergem para a influência de setores do município nos posicionamentos políticos da população, mas ressaltamos que existe um grande número de fontes a ser explorado e muito pode ser produzido, especialmente pelo fato de não haver produção historiográfica sobre o município de Caxias do Sul, já que os estudos basicamente se voltam para as questões da imigração italiana e da Colônia Caxias. Ao final desse trabalho reconhecemos que investigar se o interesse das autoridades municipais em manter a ordem pública foi determinante para a repercussão do AI-5 na cidade de Caxias do Sul restringe enormemente a problematização sobre as posturas políticas e ideológicas da população. O interesse das autoridades municipais em manter a ordem pública certamente colaborou, mas definitivamente não foi determinante para a repercussão do AI-5 no município e prova disso é a postura assumida pela imprensa local. Há muitos elementos a ser considerados, contextualizados, interpretados, que não tivemos a possibilidade de abordar nesse trabalho, mas que merecem atenção e estão à espera de historização.

Podemos afirmar que apenas instigamos a uma tomada de consciência sobre a história política caxiense, mas reconhecemos que há muitas possibilidades a serem refletidas no que diz respeito à trajetória política da cidade de Caxias do Sul e que necessitam ser apresentadas, não só à sociedade caxiense, mas de toda a serra gaúcha, pois urge o conhecimento, o debate e a discussão. Padrós (et al.) bem lembra que é difícil uma tomada de consciência e um posicionamento sem o conhecimento, levando um grupo à inércia política e destaca:

Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então, como viver com esquecimento impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? Como conviver diante do apagamento (desmemória)? Para uma dada coleti-

⁹ A expressão se refere à junção de um rebanho, que, em Rocha (2001, p. 520), designa um grupo de pessoas sem vontade própria, sem capacidade de reação.

vidade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao (des)conhecido passado bloqueado? (PADRÓS et al, 2009, p.27, 28)

Por fim, ressaltamos que a terra da fé e do trabalho tem, sim, um caminho político já galgado. Dito de outra forma, o próprio tema da história política da cidade inserida no contexto nacional carece ser mais bem estudado e refletido sob os diversos ângulos possibilitados pelas ciências humanas e que no ensino de história possibilitarão atividades de pesquisa, até mesmo em sala de aula, utilizando fontes como as aqui apresentadas, contribuindo dessa forma, para outras abordagens da história do tempo presente e local.

Referências Bibliográficas

AS ÚLTIMAS. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 21 dez.1968, p. 44.

BARROS, José D'Assunção. **História política, discurso e imaginário**: aspectos de uma interface. Saeculum-Revista de História, v.12. João Pessoa, jan./jun. 2005.

BRASIL. **Ato Institucional N° 5**, de 13 de dezembro de 1968.

CAXIAS DO SUL. Ata n° 1235 de 16 de dezembro de 1968. **Sessão Ordinária n° 24**. Caxias do Sul, Câmara Municipal, 1968.

_____. Ata n° 1248 de 08 de janeiro de 1969. **Sessão Ordinária n° 25**. Caxias do Sul, Câmara Municipal, 1968.

DEFLAGRADA a Nova Fase da Revolução. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 21 dez. 1968, p. 03.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução?** Coleção Primeiros Passos. 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios.** Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História.** Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda – Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** Boitempo Editorial. 2004. São Paulo

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACCELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra, et al. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** Porto Alegre: CORAG, 2009, vol.3, 290 p.

RÉMOND, René (org). **Por uma História Política.** UFRJ/ FGV.Rio de Janeiro, 1996. www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/

REBANHO. In: ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar,** São Paulo: Scipione, 2001. P. 520.

REVOLUÇÃO de Março não pode parar! A. **Correio Riograndense,** Caxias do Sul, 21 set. 1968.

REVOLUÇÃO de 64 continuará: No combate à subversão, ao comunismo e à corrupção. **Correio Riograndense,** Caxias do Sul, 21 set. 1968.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto, 2009.

VERÓN, Eliseu. A produção do sentido. São Paulo: Verbo, 1982. In: BARROS, José D'Assunção. **História política, discurso e imaginário: aspectos de uma interfa-**

ce. Saeculum- Revista de História, v.12. João Pessoa,
jan./jun. 2005.